

Metodologia de Análise da Participação Social em Instituições Deliberativas

Cláudio A. Monteiro

29 de Junho, 2018

INTRODUÇÃO

Instituições de participação na gestão pública desempenham um papel crucial no exercício da Democracia. No Brasil pós-ditadura alguns mecanismos dessa natureza foram criados: conselhos gestores, orçamentos participativos, fóruns nacionais, que são instâncias de suma importância para uma maior aproximação dos indivíduos com a execução de políticas públicas no nível local e regional (CONSTITUIÇÃO). Estas instituições viabilizam e identificam demandas da sociedade, promovem a construção da cidadania e da educação política e permitem o controle social sobre as decisões governamentais (GOMES, 2003).

Uma das competências do Ministério do Meio Ambiente (MMA) do Brasil é gerir as Unidades de Conservação (UCs) dentro do território brasileiro, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, [...] com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (LEI 9.985/2000). Este é um importante instrumento para garantir a preservação da biodiversidade, uso sustentável do meio ambiente, e desenvolvimento das comunidades que ali residem, frente ao consumo e à destruição de habitats naturais pela sociedade.

Para que a gestão de uma área protegida seja efetiva, é essencial que haja um espaço pelo qual as comunidades que vivem no território participem das decisões sobre a gestão do mesmo, num ambiente de interação com gestores, pesquisadores e profissionais que ali atuam (FERSE et al). No âmbito da política de UCs, é criado o mecanismo de Conselho Gestor, no qual representantes de instituições e grupos locais podem trazer questões para serem debatidas com os gestores da área (conselhos consultivos) e até decidir sobre a execução das políticas (conselhos deliberativos) (ICMBIO CITAR guia).

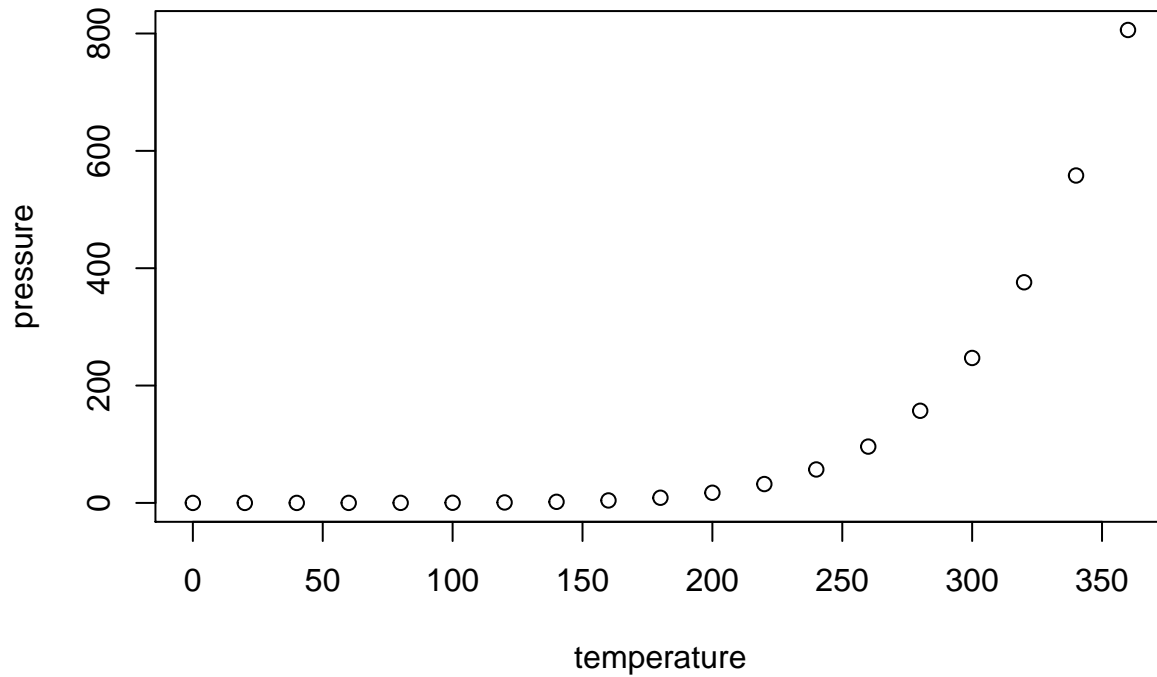
Este trabalho se propõe desenvolver uma metodologia de análise de conselhos gestores de áreas protegidas, utilizando software livre. A partir de documentos internos dos conselhos é possível estruturar o texto desses documentos em categorias de análise – levantadas a partir da literatura adotada – e posteriormente analisá-las em quantitativamente (frequências de palavras, conexão entre categorias) e qualitativamente (interpretação e mecanismos) (BARDIN). A partir da pergunta “a participação política no conselho é democrática?”, é desenvolvido um desenho para analisar o Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. Aqui pretende-se orientar outras pesquisas na análise desse importante mecanismo institucional, utilizando a Linguagem R e o pacote RQDA.

```
summary(cars)
```

```
##      speed      dist
##  Min.   : 4.0    Min.   : 2.00
##  1st Qu.:12.0    1st Qu.: 26.00
##  Median :15.0    Median : 36.00
##  Mean   :15.4    Mean   : 42.98
##  3rd Qu.:19.0    3rd Qu.: 56.00
##  Max.   :25.0    Max.   :120.00
```

Including Plots

You can also embed plots, for example:



Note that the `echo = FALSE` parameter was added to the code chunk to prevent printing of the R code that generated the plot.